

GEO-HISTORIOGRAFIAS URBANAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE CIDADE, CIVILIZAÇÃO E MODERNIDADE

DOI: 10.4025/revpercurso.v8i2.34116

José Luiz de Carvalho

Geógrafo e Historiador e atualmente cursa Doutorado em Geografia pelo Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná- UFPR/ PPGEO. E-mail: carvalho.ueda@gmail.com

RESUMO: Este trabalho propõe uma análise sobre a formação e o desenvolvimento da cidade, da civilização e da modernidade no Ocidente, a partir da interpretação de narrativas de fontes literárias de autores das ciências humanas e da Geografia que abordaram os temas. Por conseguinte, *a priori*, no campo desta análise desenvolve-se também uma crítica em torno do debate conceitual encerrado na dicotomia analítica cidade-campo, como entes em geral vistos em constante antagonia no percurso da civilização ocidental; em razão da predominância de uma interpretação sincrônica de história que em si busca eliminar a dialética já própria de todo pensamento empírico; e em cujas narrativas a *polis* em geral é apresentada como um *adequatium rerum et civilitas*. Analisa também neste percurso narrativas sobre cidade e civilização no advento da modernidade, bem como discorre sobre aspectos da formação socioespacial e intrusão da modernidade no Brasil no Segundo Reinado (1840-1889) e da Iconografia da Paisagem como referencial para o estudo de paisagens culturais pretéritas.

Palavras-chave: Cidade; Civilização; Modernidade; Paisagem; Representação.

URBAN GEO-HISTORIOGRAPHIES: CITY, CIVILIZATION AND MODERNITY CONSIDERATIONS

ABSTRACT: This paper proposes an analysis about formation and development of the city, civilization and modernity in the Occident, from a interpretation of some narratives of the literary sources of authors in the field of humanities and Geography that addressed the issues. Therefore, *a priori*, in the field of this analysis it also develops a critical thought around the conceptual debate on analytical dichotomy city-field, such categories usually seen in constant antagonism on the course of western civilization; because of predominance of a synchronic interpretation of history that itself seeks to eliminate the natural process of dialectics which is present in all empirical thinking; where in such narratives in general the western *polis* is presented as a *adequatium rerum et civilitas*. It also analyzes narratives about city and civilization in the advent of modernity and discusses aspects of socio-spatial formation and intrusion of modernity in Brazil during the Second Empire (1840-1889) and also the Iconography of Landscape as a reference for the study of past cultural landscapes.

Key-words: City; Civilization; Modernity; Landscape; Representation.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos e as discussões teóricas em torno da metrópole e da metropolização dos espaços urbanos acabam promovendo, naturalmente, reflexões em torno da existência da cidade. Mais do que a cidade como conceito deve interessar, especialmente, a sua história concreta; como *locus* geográfico sucessivamente produzido e reproduzido pelo homem, cenário material e paisagístico de conquistas, engrandecimento, decadência e desenvolvimento material, econômico e cultural da humanidade. Assim, por conseguinte, também lugar de paisagens simbólicas que legam heranças de um sem número de significados culturais. Nesse sentido ela se mostra um fenômeno da história com inúmeros *layers*, ou camadas de produções socioespaciais, que se justapõem e se superpõem em constante mobilidade histórica. A cidade é uma entidade multidimensional. Analisá-la nesse sentido sugere, tomando-se o cuidado para não reduzi-la a uma dimensão historicista, métodos similares aos do domínio da arqueologia: comumente sob as ruínas de algo que se edificou, algo concreto ou uma narrativa, podem esconder-se outras ruínas ou eventos ainda não revelados, ocultos ou ocultados – a cidade como fenômeno socioespacial deve interessar, sobretudo, nessa sua polissêmica dimensão histórica. Nesse sentido percorrer a cena geohistórica, o espaço social da cidade – e sua metamorfose em urbanidade e metropolização – além de reavivar a voz de filósofos, cientistas, poetas e viajantes que a analisaram e a descreveram, importa verificar também a sociabilidade daqueles que realmente a concretizam: as pessoas, o povo, em sua cotidianidade invisibilizante ou invisibilizada e que na materialidade e espiritualidade da vivência diária edificam o que se denomina civilização. Onde se abrigam as experiências concretas da humanidade, mas também perenes, pois da multiplicidade dos seus eventos tangíveis e intangíveis e das suas inúmeras vozes caladas só muito lentamente figuram novos protagonistas da história.

Questão importante, porém, a considerar é a que é apontada por Gomes (1997), entre outros, de que o passado parece nada mais ser do que uma invenção do presente; já que a história costuma estabelecer nexos causais que na maioria das vezes só serve ao relato que se quer estabelecer como verdadeiro. Todo relato histórico se estabelece como uma narrativa que incessantemente busca produzir sentidos que a esta se quer dar. Quantos relatos são possíveis de

um mesmo evento histórico? A reconstrução histórica é uma narrativa construtiva; devemos estar atentos para o fato de que verdade e ficção costumam se confundir no relato histórico.

2 CIDADE ANTIGA E CIVILIZAÇÃO

O homem que cavalga longamente por terrenos selváticos sente falta de uma cidade...

Italo Calvino, *As Cidades Invisíveis*.

Platão (427/428-347/348?), por exemplo, no diálogo a República¹, ou *Politeia*, título original da obra, põe Sócrates em embate com seus pares Adimanto e Glauco (irmãos do próprio Platão), Céfalo, Polemarco, Nicerato, Lísias e Trasímaco (o sofista) sobre o que seria uma civilização ideal, não perturbada pela anarquia e o caos; onde a justiça, o bem maior que esta poderia adquirir, se realizasse plenamente. Nos diálogos entre o sofista e Sócrates, para o primeiro – que exigiu pagamento adiantado pra sua exposição e instrução² – a justiça provém do interesse dos mais fortes e a esses caberia o primado em fundar as leis e organizar os fundamentos dessa civilização; já para Sócrates o princípio norteador se basearia no Estado, ou na República, sendo que a este caberia a função de organizar as leis e executá-las para a realização de um bem maior, não só de interesse dos mais fortes. Para o filósofo a história teria já demonstrado que sempre “é mais fácil ver a justiça no Estado do que o indivíduo”³; e em razão disso torna-se o Estado o ente mais capaz de organizar os homens, aplicar as leis e promover a paz. Nos diálogos é a cidade, a *polis*⁴, conseqüentemente, o único lugar onde a civilização por fim se consolidaria em sua plenitude; com os cidadãos formando uma espécie de família e neste sentido pressupondo que caberia às aglomerações urbanas – porém organizadas como cidades republicanas – promover certa unidade étnica e cultural que eliminaria as contradições sociais. A cidade helênica ideal, fundadora da democracia, só aceitava a homogeneidade étnica e eliminava

¹ PLATÃO. **Diálogos III**: a república. Tradução Leonel Vallandro. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, s.d. (Edições de Ouro – Coleção Universidade)

² PLATÃO, op. cit. p. 26.

³ PLATÃO, op. cit. p. 63.

⁴ A cidade imaginada por Platão chamar-se-ia *Kallipolis*, a cidade da beleza e da perfeição.

da participação em suas decisões políticas cotidianas as mulheres e os escravos; sendo que estes últimos, vistos como partes do mundo das coisas, não figuravam como cidadãos. Em tal universo representacional da cidade ideal se deveria também limitar o espaço das artes, ou daquelas pulsões do espírito que enaltecessem os mitos e as histórias épicas dos deuses e do passado, e levassem as pessoas a crer demais nas artes e nas “fábulas” – tanto que propôs Sócrates que dessa cidade figuras como o “trágico” Homero deveriam inclusive ser expulsas⁵.

Esta cidade platônica, porém, possui também o seu oposto, onde a civilização fundamentalmente deveria penetrar para a consecução de seus fins, que é o campo. A oposição entre cidade e campo, público e privado, permeia o aparecimento das formações sociais urbanas e os discursos sobre a cidade e a civilização⁶. O campo, por conseguinte, na perspectiva da tradição filosófica ocidental seria o lugar da barbárie, do atraso e da incultura⁷. Em um dos trechos do diálogo Sócrates propõe mesmo uma estratégia para retirar os jovens da cultura atrasada do campo e trazê-los à civilização, somente possível de praticar na *polis* – deveriam ser enviadas aos campos crianças entre os dez anos de idade para que no convívio com as locais naturalmente as doutrinassem nos costumes e preceitos civilizatórios já adquiridos da cidade-estado; e estas, gradativamente, abandonariam os ensinamentos rudimentares dos seus pais⁸. Neste projeto

⁵ PLATÃO, op. cit. p. 375.

⁶ “Também são características da civilização: por um lado, a fixação da oposição entre a cidade e o campo como base de toda a divisão do trabalho social e, por outro lado, a introdução dos testamentos por meio dos quais o proprietário pode dispor de seus bens ainda depois de morto. Essa instituição, que era um golpe direto na velha constituição gentílica, não foi conhecida em Atenas, mesmo no tempo de Sólon; foi introduzida bem cedo em Roma, mas ignoramos em que época. Na Alemanha, implantaram-na os padres, para que os cândidos alemães pudessem, sem dificuldade, deixar legados para a Igreja”. In: ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9ª edição, tradução Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, p. 199.

⁷ Semelhante questão se encontra também em Eça de Queirós, no embate entre Jacinto e José Fernandes (o narrador-personagem): para o primeiro, para quem a cidade deveria ser plantada na serra, “por uma conclusão bem natural, a ideia de civilização, não se separava da imagem de cidade, duma enorme cidade, com seus vastos órgãos funcionando poderosamente”. In: QUEIRÓS, Eça de. **A cidade e as serras**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

⁸ Na cidade bela, ideal, platônica o governo dos filósofos propõe de fato uma espécie de *eugenia* social (que programaticamente precede em muitos séculos os projetos eugênicos das ditaduras de alguns Estados modernos, como o programa A. T4 nazi-fascista; embora Sócrates, evidencie-se, propunha esconder os que se julgava “desabilitados”, não eliminá-los). Em ***O que se deve fazer com as crianças*** disse Sócrates: “– Essas autoridades, digo, tomarão os filhos dos melhores e os levarão para o infantário, um bairro especial da cidade, onde os deixarão a cuidado das amas-de-leite; quanto aos filhos dos seres inferiores –

filosófico de fundação de cidades e civilizações Sócrates julgava deveriam ser as crenças gradativamente abandonadas e aqueles que se revelassem melhores tanto na filosofia quanto na arte militar seriam os mais apropriados a dirigir a cidade. A cidade antiga, porém, ainda não estava totalmente liberta dos seus deuses, pois lá estavam eles permeando todos os espaços e o cotidiano e exigindo oblações e procedimentos diários.

Coulanges (2006), por seu turno, remetendo-se às cidades grego-romanas lembra a importância de se observar o aspecto confederativo de suas formações sociais; de origem familiar – estranha ironia com a “família” cidadina socrática –, são estas que depois formariam as *fratrias*⁹, com a associação destas formando-se uma tribo e, por fim, várias tribos formando uma cidade; neste contexto, os velhos costumes rituais tribais, embora transformados e ressignificados com a associação e assimilação de diferentes crenças, não eram totalmente abandonados e tais rituais, quer fossem familiares ou sociais, deveriam ser obedecidos e eram constantemente praticados.

A religião por muito tempo permeou a vida das cidades antigas, antes da representação filosófica da cidade e da civilização idealizada na República escrita no século IV a.C. Embora em sua concepção materialista Engels (1984) tenha asseverado que a produção e reprodução da vida imediata na ordem social em que vivem os homens tenham se dado preponderantemente através do trabalho, necessário à geração dos meios de subsistência que supram as necessidades de alimentação e habitação e também pela própria necessidade de continuação da espécie, pode-se conjecturar se não foi a religião em seu desenvolvimento como forma simbólica um dos elementos fundamentais que influíram na formação das primeiras proto-cidades antigas, como locais dedicados aos cultos coletivos ou a peregrinações místico-religiosas. Para F. Engels, adepto do trabalho e idéias culturais evolucionistas de Lewis H. Morgan¹⁰, a evolução sincrônica dos estágios pré-históricos da cultura naturalmente levaram os homens dos estados iniciais de selvageria à civilização; passando pela sua fase bárbara, onde teriam aparecido o pastoreio e a agricultura, mas pode bem ser que já nos primeiros estágios da humanidade tenham surgido as

e se de mesma forma se dentre os primeiros nascer algum aleijado – os esconderão, como convém, num lugar secreto e oculto”. In: PLATÃO, op. cit. p. 186.

⁹ Organização comunal gentílica primitiva que precedeu a formação das tribos grego-romanas.

¹⁰ MORGAN, Lewis Henry. **A sociedade antiga**: ou investigações sobre as linhas de progresso humano desde a selvageria, através da barbárie até a civilização, 1877.

ciudades, ou aglomerações urbanas planejadas concomitantemente de cunho sagrado¹¹, muito antes até do cultivo da alegada fase bárbara engelsiana e morganiana e, neste sentido, poderiam as formações sociais da cidade ter precedido, ou acompanhado, o advento do campo, enquanto ordem social agrária organizada pelo trabalho.

Escavações arqueológicas nos domínios geográficos meridionais da primitiva Mesopotâmia – conhecido como *heartland of cities* – têm revelado cidades erigidas há milhares de anos a.C., como os sítios de *Ur* e *Uruk* assim como *Tell Brak* mais ao norte, e demonstrado a já complexa organização urbana de suas construções e monumentos e as sucessões em tempos milenares de usos e ocupações¹². Schmidt (2010) em escavações arqueológicas na cidade neolítica de *Göbekli Tepe* nos altiplanos da região de Anatólia na Turquia revelou as ruínas de uma cidade de cultos, até onde as pesquisas têm demonstrado um sítio sagrado, totalmente dedicado a rituais; e não propriamente uma aldeia rural. Sítio com datações inclusive pré-neolíticas, sugere seus vestígios usos ritualísticos que se sucederam por milhares de anos¹³. Humboldt (1878) como resultado de sua viagem à América, entre os anos de 1799 e 1804, teve grande interesse também na pesquisa dos sítios arqueológicos das antigas cidades americanas antes da invasão e conquista européia possibilitada pelo surgimento do capitalismo e a empresa colonial modernas; não deixou de verificar os aspectos extremamente desenvolvidos das cidades Maias, Toltecas e Astecas, entre outras – a arquitetura e os traçados urbanos, além de características peculiares que uniam construções de uso ritualístico, habitacional e administrativo com campos de cultivo tão ligados às essas estruturas que tais paisagens só podiam ser concebidas como paisagens culturais integradas¹⁴.

¹¹ Ver: SMITH, Michael E. Form and meaning in the earliest cities: a new approach to ancient urban planning. **Journal of Planning History**, Vol. 6, No. 1, February, 2007, p. 3-47.

¹² Para isso ver: OATES, Joan [et. al.]. Early Mesopotamian urbanism: a new view from the North. **Antiquity** 81(2007), p. 585-600.

¹³ Ver: SCHMIDT, Klaus. Göbekli Tepe: the stone age sanctuaries; new results of ongoing excavations with a special focus on sculptures and high reliefs. **Documenta Praehistorica XXXVII**, 2010, p. 239-256. Disponível em: <http://www.dainst.org/projekt/-/project-display/21890>

¹⁴ “Sin duda que esos colonos europeos visitaron una parte del Continente, que titularon Drogeo, y que conocieron países del Sudoeste, habitados por pueblos antropófagos en ciudades numerosas reunidos; pero sin que examinemos aquí si eran esas ciudades las de las provincias de Iciaca y Confaciqui, á que fue Hernando de Soto, Conquistador de la Florida, basta con observar que las ceremonias y dogmas religiosos y tradiciones que tanto llamaron la atención de los primeros Misioneros españoles, existían en

A cidade como aponta Lefebvre (1974) é fundamentalmente um espaço criado, modelado e remodelado por atividades sociais no decorrer de um tempo histórico; por isso, ela suscita a pergunta, às vezes até incômoda, deixada pelo autor: é a cidade uma obra ou um produto? Para H. Lefebvre se pensamos que os espaços historicamente construídos das aldeias e cidades são vistos somente como obras, do ponto de vista da estética e da imagem; obras coletivas da humanidade que busca vencer o eterno “embate” com a natureza, não teriam eles nada a ver com o conceito de produção e produto. Mas argumenta o autor se não estaríamos *fetichizando* o advento magnífico dos espaços sociais urbanos, obras do engenho humano; quando por toda parte, e ao longo da história, se vê que são resultados de atos repetitivos, produzidos e reproduzidos, cujos vestígios ficam na história, gravados na cultura e que, por fim, demonstra que embora ambos mantenham uma relação dialética o produto em geral se sobrepõe à obra¹⁵. No Ocidente depois da Idade Média, com o advento da era moderna com a descoberta da América – e o domínio cultural e econômico europeu do mundo – e o avanço do capitalismo sobre a economia feudal as cidades se tornaram ainda mais complexas. A intensa transformação ocasionada pelos fluxos migratórios e a

Méjico desde los Toltecas, que son tres ó cuatro siglos anteriores á las navegaciones de los Escandinavos á las costas orientales del Nuevo Mundo”. In: HUMBOLDT, Alejandro de. **Sitios de las cordilleras y monumentos de los pueblos indígenas de la América**. Traducción de Bernardo Guinen. Madrid: Imprenta y librería de Gaspar Editores, 1878, p. 270.

¹⁵ “A questão é um passo importante. Pode ser dito que as obras realmente estão num relacionamento transcendente com os produtos? Podem os espaços históricos da vila e da cidade ser adequadamente analisados, exclusivamente, através da referência à noção de um trabalho? Estamos preocupados aqui com coletividades ainda tão próximas da natureza, que os conceitos de produção e do produto, e, portanto, qualquer idéia de uma ‘produção do espaço’ são irrelevantes para a nossa compreensão deles? Não existe um perigo aqui também de fetichizar a noção de trabalho, e assim erguer barreiras injustificadas entre criação e produção, natureza e trabalho, festa e labor, o singular e o reprodutível, diferença e repetição, e, finalmente, o vivo e o morto? Outro resultado de uma tal abordagem seria promover uma ruptura radical entre os domínios históricos e econômicos. Não há necessidade de submeter cidades modernas, seus arredores e novos edifícios, para uma análise cuidadosa, a fim de chegar à conclusão de que tudo ali lembra todo o resto. A divisão, mais ou menos acentuada, entre o que é conhecido como ‘arquitectura’ e o que é conhecido como ‘urbanismo’ – isto é, entre os níveis ‘micro’ e ‘macro’, entre estas duas áreas específicas e duas profissões distintas – não resultou em um aumento da diversidade. Pelo contrário, é óbvio, e triste dizer, que a repetição tenha em todos os lugares derrotado a singularidade, que o artificial tenha vencido toda espontaneidade e naturalidade do campo; e, em suma, que os produtos têm se sobreposto às obras”. In: LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Translated by Donald Nicholson-Smith. USA-UK-Australia: Blackwell Publishing, 1991. (tradução nossa).

industrialização que se sucederem parecem cada vez mais provar as teses lefebvreanas; de uma relação dialética no espaço, donde se imbricam em sucessivos movimentos históricos homem-espaço-tempo-natureza e de onde se tem que desvelar a partir das coisas criadas, e que nelas sempre parecem se esconder e dissimular, as relações sociais e as formas dessas relações¹⁶.

A cidade e a cidade-estado antigas, por fim, parecem estar mergulhadas nos tempos pretéritos, desvinculadas por rupturas históricas das cidades medievais, modernas e das metrópoles contemporâneas; mas se as pensamos como espaços sociais produzidos, não como obras estanques nas temporalidades históricas – e nisso a ciência da arqueologia tem em muito auxiliado –, elas nos aparecem como produtos culturais atados, embora não somente como sincronicidades, como continuidades, devido a essas rupturas e a diacronicidade e dialética próprias também da história, à trajetória da humanidade desde os tempos mais primitivos, em suas dimensões tanto materiais quanto simbólicas; e que, como a linguagem por exemplo, acompanham o desenvolvimento da consciência e cultura humanas ao longo da história.

3 CIVILIZAÇÃO E MODERNIDADE

No limiar da era moderna há três grandes eventos que lhe determinam o caráter: a descoberta da América...; a Reforma... e a invenção do telescópio...

Hannah Arendt, *A Condição Humana*
(A Alienação do Mundo).

Para Arendt (2007) a modernidade (um fenômeno de origem européia), ou qualquer período da história que se busque esmiuçar, se apresenta – além de todas as transformações técnicas, processos sociais de trabalho e expansão do mercado com o advento das grandes navegações e pelas revoluções científicas da física e da astronomia – pela própria condição do homem, até onde é determinado pela sua história e até onde a sua *vita activa*¹⁷ determina

¹⁶ LEFBREVE, op. cit. p. 137-138.

¹⁷ Condicionadas pelo *labor, o trabalho e a ação*. In: ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo, posfácio Celso Lafer, 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

fundamentalmente seu papel e seu lugar existencial na terra. Toda sua vivência está condicionada ao mundo que ele próprio produz. Na história, portanto, onde quer que se procure estudá-la, em tempo qualquer que se especule sobre seus fatos e acontecimentos lá estará a humanidade, o trabalho e a consciência humana; a existência das coisas em nada teria sentido (seriam um não-mundo como a autora define) se essas não condicionassem, embora jamais de modo absoluto, a vida humana. Portanto, se poderia afirmar: tudo o que é mundo, a natureza mesma, o que é penetrado, ou criado, pela humanidade determina a condição humana – só não podem os homens determinar realmente o que é a sua *própria natureza*, questão insondável e para a qual toda e qualquer resposta, quer seja de ordem filosófica, científica ou teológica, só teria feito a humanidade *pular sobre sua própria sombra*¹⁸.

Eis aqui algo que se apresenta de maneira intrigante: para H. Arendt, o que denominamos de *era moderna* não coincide com o *mundo moderno*! Há aí, portanto, uma dissociação; uma coisa é a revolução científica, a era moderna, que tem início lá pelo século XVII e que para a filósofa já teria tido o seu fim no limiar do século XX. Por outro lado, o que chamamos mundo moderno em sua forma política mais acabada, e no qual vivemos, teria iniciado com as grandes explosões atômicas. Heidegger (1987), em sua filosofia, analisando a importância do pensamento cartesiano no contexto das grandes transformações históricas pelas quais passou a humanidade, propõe mais campos de análise: à vista dele o aparecimento revolucionário da obra de René Descartes¹⁹ vem romper com o domínio medieval da teologia sobre a filosofia. Para M. Heidegger os dogmas e os conceitos medievais não eram mais capazes de esclarecer quaisquer aspectos da realidade e a filosofia, tal qual o homem medieval como *ens creatum*, vivia sobre a mediação das ordenações teológicas e teleológicas do pensamento escolástico. O pensamento moderno para o filósofo alemão tem raízes profundas no cartesianismo, que contribuiu para a liberdade da subjetividade humana²⁰.

¹⁸ ARENDT, op. cit. p. 18.

¹⁹ René Descartes publicou sucessivamente: Discurso sobre o método, em 1637; Meditações, em 1641; e Princípios da Filosofia, em 1644. In: DESCARTES, René. **Discurso sobre o método**. Rio de Janeiro: Athena Editora, 1935. (Notícia Biográfica).

²⁰ “Portanto, enquanto Descartes, sujeito da dúvida, força os homens a duvidar, leva-os a pensar em si mesmos, no seu ‘eu’. Assim o ‘eu’, a subjetividade humana, foi declarada o centro do pensar. Daqui resultou o ponto de vista do eu, próprio dos tempos modernos, e o seu subjetivismo. Mas a própria

Estamos acostumados a pensar a Idade Média a partir de algumas representações como as que se propagaram a partir do romance – embora uma obra aberta –, ou mais propriamente da obra cinematográfica, o Nome da Rosa de Umberto Eco, por exemplo; um mosteiro fechado entre seus próprios muros, isolado nas tormentas filosóficas do eterno embate entre as tentações da natureza humana e as ordenações divinas, sendo que este mesmo cenário representacional se estenderia às cidades, cercadas de muros e com a população encerrada num cotidiano voltado para os ofícios e oblações religiosas. Pounds (2005) busca reconstituir a morfologia do espaço geográfico e social da cidade medieval europeia (500-1500 d. C.), mostrando as porosidades desse período, incorretamente analisado na história enciclopédica como temporalidade espremida entre a antiguidade clássica e a Renascença. Para o autor no período, entretanto, ocorreram importantes eventos que viriam a afetar fundamentalmente as culturas modernas – a era moderna não advém de uma ruptura radical com o que se denominou “idade das trevas”, mas, ao contrário, nasce das profundas transformações sociais, culturais e econômicas nesta gerada²¹. A vida cotidiana e o espaço social das ruas, por exemplo, parecem ter gradativamente adquirido ao longo do período uma importância muito grande. Pernoud (1996) analisa como, embora a disposição das cidades e das vilas em grande parte da Europa ocidental estivesse agrupada geograficamente em torno do domínio senhorial, agarradas à necessidade de defesa sob a autarquia da autoridade feudal, aos poucos quando as invasões de inimigos vão sendo menos frequentes as casas dos camponeses vão se espalhando pelo campo, a cidade vai se desconcentrando e afastando-se do poder panóptico do castelo. Com isso gerando arrebaldes e intensa movimentação econômica e cultural que se multiplicam já a partir do século XI. O ofício e o comércio se tornam

filosofia foi, deste modo, levada a pensar que deve começar pela dúvida, pela reflexão acerca do próprio conhecimento e da sua possibilidade. Antes da teoria acerca do mundo, deve colocar-se a teoria acerca do sujeito. De aqui em diante, a teoria do conhecimento é o fundamento da filosofia; eis a que a torna moderna, distinguindo-a da medieval”. In: HEIDEGGER, Martin. **Que é uma coisa**: doutrina de Kant dos princípios transcendentais. Tradução Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 102.

²¹ “[...] a Idade Média representa um tempo em que certos eventos ocorreram e que continuaram a afetar as culturas modernas, inevitavelmente, catalisadas por outros eventos medievais. Entre outros eventos importantes, a Idade Média viu o nascimento de Maomé (c. 570-632) e a fundação do Islã no século VII, como uma rejeição do cristianismo e que levou ao conflito imperial entre oriente e ocidente nos séculos XI e XII. Na Europa ocidental na Idade Média as bases para o nacionalismo e o direito modernos foram estabelecidas e o conceito de amor romântico surgiu na Idade Média; este último caso, particularmente, uma das conseqüências indiretas das Cruzadas”. In: POUNDS, Norman. **The medieval city**. Westport/Connecticut-London: Greenwood Press, 2005, p. ix-x. (tradução nossa).

fundamentais e a vida nas ruas fervilhava. Para R. Pernoud, por exemplo, há uma deformação da visão sobre as corporações de ofício medievais ocasionada pelas impressões burguesas modernas, por lhe deformarem a característica sociológica mais marcante: a de auto-regulação familiar, relativamente independente do poder monárquico-eclesiástico, conectando as pessoas à história pela sociabilidade do trabalho comunal.

Nos séculos XII e XIII, com as Cruzadas, o comércio e as trocas culturais se intensificam. E com a descoberta da América e a expansão global do capitalismo europeu em sua fase pré-industrial com a vasta exploração extrativista da terra, a expropriação das posses monásticas e eclesiásticas com a Reforma que ocasionou o duplo processo de expropriação individual e riqueza social, na visão de H. Arendt, o caráter da era moderna começa a ganhar sua feição e tem aí o seu princípio. No bojo do desenvolvimento das ciências e da libertação da subjetividade a partir do pensamento cartesiano, a invenção do telescópio aparece como uma singular “metáfora” nessa interpretação filosófica: agora a natureza da terra e dos homens era considerada do ponto de vista do universo, não mais da terra mesma e da criação divina.

Com a fragmentação do mundo medieval perde a sociedade ocidental, inicialmente, a conexão com a história rígida, que outrora fora mediada pela linearidade da história comunal da *polis* ou *urbe* antigas e depois pela estabilidade da ordenação divina medieval, regulada pelo panopticismo do castelo e da igreja (monastério). Conforme demonstrado por Berman (1986), a ruptura com a sincronicidade da história é um dos traços fundamentais da evolução da modernidade e com o decorrer dos eventos da Revolução Francesa desde 1790 o novo cidadão vê dispersada a existência em um sem número de fragmentos; com a sensação de viver em diferentes mundos ao mesmo tempo. Para Fromm (1942) entre os traços fundamentais que opõem o homem medieval ao moderno, é que no primeiro imperava a ausência de liberdade e no segundo esta se lhe impõe como uma condição de sua “cidadania”, mas ele na maioria das vezes vive o temor de não saber o que fazer com ela em face da sociedade mutante que lhe envolve. Simmel (1903/2002) também havia procurado mostrar como esse confronto entre o *eu* moderno, a independência da individualidade, ainda permeado de elementos da cultura que herdara, e que se vê em confronto com os poderes constituídos da nova sociedade, as técnicas e a cultura massificada que esta impõe, são características marcantes da vivência humana na então nascente

metrópole²². Nesse mundo que cada vez mais avançava – em direção às bombas atômicas, como asseverou H. Arendt – O próprio M. Berman lembra que viver a modernidade é viver numa nova *floresta de símbolos*, onde cada vez mais passou a vigorar a primazia do produto em vez da obra, do transitório em vez do permanente, do humano em vez dos deuses, da dialética da ciência em vez teleologia da religião, do trabalho em vez do ofício. Talvez F. Nietzsche seja o filósofo moderno por excelência por representar esse estilhaçar em fragmentos de tudo o que é histórico, demonstrando que esse histórico é humano, e que desses fragmentos morais e culturais deveria nascer um novo homem (um distópico pós-moderno?), o *Übermensch*.

4 MODERNIDADE E ICONOGRAFIAS DO BRASIL DO XIX

Não são muitos os trabalhos na área da geografia cultural que têm objetos de pesquisa que se situem no período da formação da nação brasileira no Segundo Reinado (1840-1889), com enfoque na formação socioespacial e em fontes iconográficas geradas no período, como mapas, pinturas e relatos de viagens, sobretudo àquelas deixadas pelos viajantes que percorram o país em missões estrangeiras ou nacionais e no processo de construção identitária e territorial moderna da nação.

À geografia coube um papel fundamental nesse momento, pois embora se consolide como ciência somente na segunda metade desse mesmo século a sua herança clássica, sobretudo com a geografia alemã, estava profundamente ligada às descrições de paisagens propiciadas pelas viagens científicas dos séculos XVIII e XIX. Para os Estados imperialistas europeus entre os elementos de construção da modernidade importava cada vez mais o conhecimento científico da terra e com isso a expansão do capitalismo industrial e financeiro²³. Para países colonizados como o Brasil *ser moderno* traria consigo a necessidade de cada vez mais “parecer” com a

²² “O mais profundo problema da vida moderna provém da tentativa do indivíduo em manter a independência e a individualidade da sua existência contra os poderes constituídos da sociedade, contra o peso da herança histórica desta, a cultura externa e as novas técnicas de viver. Esse antagonismo representa a mais moderna forma de conflito que esse ‘primitivo homem’ precisa carregar com ‘naturalidade’ para manter sua própria existência material”. In: SIMMEL, Georg. **The metropolis and mental life (1903)**. In: Gary Bridge and Sophie Watson (Eds). The Blackwell City Reader. Oxford and Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2002. (tradução nossa).

²³ Entre as medidas adotadas por D. João VI foi a criação de um Banco do Brasil em 1808.

Europa; e não só as mercadorias importadas inglesas passaram a adentrar no país após a chegada da família real e a abertura dos portos em 1808, mas também a superestrutura política, científica e ideológica: para se edificar o Estado moderno brasileiro, ainda inexistente, devido à herança colonial, com sua burocracia e paramentos legais, foi primeiro necessário construir previamente o Brasil-nação²⁴. Numa terra que se espraiava em imensidão geográfica, com fronteiras ainda indefinidas e com uma população etnicamente multicultural, ainda não inserida em qualquer “projeto civilizatório” – que na já segunda metade do mesmo século se tornará ainda mais complexa com a chegada e fundação das colônias de imigrantes. Na literatura e na representação dos viajantes sobre a terra, os indígenas, negros e demais neobrasileiros, amalgamados pela visão ora pitoresca ou ora eugenista, eram na visão européia comumente representados como um “espetáculo” – um espetáculo de raças como propôs Schwarcz (1993) – que tanto interessava pelo seu exotismo e primitivismo civilizatório, que em si destacava o europeu como ser superior entre outras raças, como fornecia elementos para as especulações científicas da história natural e as doutrinas raciais do período²⁵.

Coube, sobretudo, ao imperador Dom Pedro II, durante o Segundo Reinado (1840-1889), patrocinar esse projeto de desenvolvimento nacional, buscando com isso modernizar a nação²⁶; criando junto à maioria dos intelectuais e as elites econômicas e políticas da época um projeto fundante: de que uma colônia espoliada por cerca de quatrocentos anos de colonização extrativista entraria, da noite escura da miséria colonial, para o clube de dias claros das “nações civilizadas”. Durante o período, portanto, e mesmo nos primeiros tempos da República, o centro inicialmente irradiador dessa modernidade será a nova capital do Império, o Rio de Janeiro. De lá surgirão os projetos nacionais e a modernização mesma já estava em curso desde a chegada da família real, quando da instalação da Corte.

²⁴ Ver: CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. 2ª edição. Coordenação Elio Gaspari e Lilia M. Schwarcz. São Paulo: Cia das Letras, 2007; e CARVALHO, José Murilo. (Coord.). **A construção nacional (1830-1889)**. Vol. 2, História do Brasil nação (1808-2010). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

²⁵ Na leitura de documentos do Brasil colonial nos séculos XVII e XVIII é possível verificar que nem o conceito de *brasileiro*, enquanto cidadão pátrio, possivelmente existia. *Brazileiro* era designação mais comum, designativo em si pejorativo, colonial, para os índios; e talvez derive daí o aspecto negativo do conceito entre os europeus.

²⁶ D. Pedro II, diferentemente do seu pai D. Pedro I, esteve entre os governantes do período que mais viajaram pelo seu país, buscando no caso nacional unificar a ex-colônia esfacelada por revoltas e revoluções e, ao mesmo tempo, espalhar o poder simbólico do seu reinado. In: CARVALHO, op. cit.

Além das experiências e intercâmbios estabelecidos desde o Primeiro Reinado, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, em 1838, as ciências e os intelectuais encontraram um lugar de síntese de todas essas novas idéias. Coube ao IHGB irradiar a partir da Corte grande parte do projeto nacional de construção da nação, que se baseará no decorrer na tese miticista do viajante bávaro Carl F. von Martius²⁷ das três raças constitutivas da nossa identidade étnica e no conceito da unidade nacional, inicialmente dado pelo conhecimento e integridade do território e depois pela construção da história pátria oficial. O artigo 1.º do estatuto da instituição, que até nossos dias vigora, propunha esses princípios e métodos de cunho enciclopedista: “*coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil...*”. As inúmeras expedições patrocinadas pelo IHGB pelos sertões das províncias foram no contexto das suas próprias teses e propósitos muito bem sucedidas e a construção da história e geografia nacional ganharia uma das suas primeiras grandes obras de síntese: a História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen²⁸.

Neste contexto pesquisas que proponham releituras das categorias de *paisagem* e de *fronteira* se tornam fundamentais, pois dos inúmeros registros iconográficos gerados como pinturas de paisagem, documentos cartográficos, relatos de viagens, tratados e leis, etc. emanam de maneira inequívoca as paisagens oitocentistas (entre estas as dos sertões dos viajantes²⁹), os indígenas, os negros e demais brasileiros – o Brasil das paisagens e mentalidades coloniais –, num cenário que se gradativamente se transformaria pelo advento das estradas, das colônias estrangeiras, vilas e depois cidades. Numa mobilidade de transformação e formação socioespacial com tal dinamismo; que já adentraríamos as primeiras décadas republicanas do século XX com grande parte dos territórios ocidentais do Brasil completamente transformados pela “civilização moderna”: latifúndios agropastoris, estradas de ferro, avanço das cidades, intensas migrações do campo para as cidades orientais da costa e início de suas metropolizações descontroladas. O tema

²⁷ In: MARTIUS, Carl F. P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista trimestral de História e Geografia do IHGB** – RJ, p. 389-411, jan./1845; Jornal do IHGB, n. 24, jan./1845.

²⁸ Ver: VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil**: isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje império independente, escripta em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda. Rio de Janeiro: E. H. Laemmert, MLCCCLIV.

²⁹ O sertão em seu categorial sociogeográfico, no contexto do pensamento social brasileiro. In: MORAES. Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis** (Nova Série), 2003, p. 1-8.

da fronteira (e da paisagem), ou da paisagem cultural da fronteira, em sua porosidade, degradação, espaço social de conflito entre “civilizados” e “não civilizados”, intercurso de culturas e visões do mundo que se conflitam e que etnicamente se transfiguram como apontam Ribeiro (1968) e Martins (2012) perpassa a vivência social, as iconografias e a narrativa dos viajantes.

A Província do Paraná neste cenário será a última a ser criada no Império do Brasil, em 1853; a sua formação política e definição de fronteiras geográficas, porém, serão devidas em grande parte às expedições financiadas pelo Barão de Antonina, João da Silva Machado, já a partir das primeiras décadas do século, para abertura de caminhos e vias, fundação de aldeamentos indígenas e posseamentos de terra. Para realizar tais expedições geográficas – que tinham esse duplo caráter tempo, tanto estatal quanto privada – contratou o Barão o viajante-artista americano John Henry Elliott e o sertanista Joaquim Francisco Lopes. O conjunto específico de fontes deixadas por J. H. Elliott: pinturas em aquarela, relatos de viagens e mapas corográficos, realizadas no contexto dessas suas expedições, e analisadas a partir de referenciais da geografia cultural, da *iconografia* e *iconologia* da paisagem, e da filosofia da paisagem (COSGROVE, 1984, 1993, 1998, 1999, 2008; PANOFSKY, 1998, 2014; SIMMEL, 1998, 2009) possibilitam estudar esses processos socioespaciais, verificando a partir destas narrativas e discursos sobre paisagem, civilização e modernidade no contexto da formação da província.

A modernização da nação, neste contexto estudado, implicou tanto no conhecimento do território e seus habitantes, passando pela “domesticação” e quase extermínio dos indígenas devido aos novos conflitos gerados pelo estabelecimento dos projetos colonizadores – onde se insere a política de imigração desencadeada a partir da década de 1820 –, quanto pela devida adequação legal. A legislação de 1850 que pretendia dar adequação moderna à posse e uso da terra no país, ao revalidar o sistema colonial corrompido das sesmarias e reconhecer os posseamentos sobre as grandes extensões de territórios indígenas e neobrasileiros ajudou a formar a nação-contidente republicana no decorrer do século XX; profundamente marcada pelos conflitos sociais no campo, intensa metropolização e periferização das cidades ocasionada, entre outros fatores, pela migração e exclusão social urbana e pela constante penetração da *ideia de*

modernidade oriunda dos países hegemônicos³⁰. Os projetos coloniais com os que foram levados a cabo pelo Barão de Antonina no Paraná foram partes importantes desse contexto estruturante e superestruturante de modernidade que se desenvolveu no Brasil a partir de 1808.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho procurou-se desenvolver uma crítica geohistórica a partir literaturas e saberes academicamente constituídos sobre a formação das cidades e seu desenvolvimento no transcurso da civilização ocidental e do advento do que passou a se denominar conceitualmente “modernidade”. Tal texto, naturalmente, perpassa somente uma mínima rede de conhecimentos produzidos sobre o tema na literatura de alguns geógrafos, historiadores, literatos e filósofos. Ela não penetra, por evidência, naquelas dimensões palimpsesticas do cotidiano e o seu sem número de imbricamentos – método que Michel De Certeau buscou desenvolver em parte de sua obra. Um infinito número de vozes, passos perdidos, gritos sufocados, estão contidos nas narrativas esquecidas dos protagonistas anônimos – pessoas e lugares – da história. Da hegemonia do pensamento platônico na construção do Ocidente, por exemplo, esquece-se dos tentáculos precedentes do Oriente e do Norte da África e mesmo do saber sofismático que lhe foi contemporâneo. A história hegemônica não se faz somente pela narrativa dos vencedores, mas também pela *pena* monolinguística dos narradores. Lá onde o método arqueológico e o sistema simbólico tem a capacidade de penetrar é que também se acham outras narrações, outras personagens; outras coisas sobre, e junto a, outras coisas. Das vivências e utopias do cotidiano que não se imprime nas historiografias hegemônicas existe uma cartografia hologramática cujas narrativas que se produzem até então se as têm tocado somente as tocam em suas brechas, fendas e desvãos; há ainda miríades de históricas para serem textualizadas no transcurso da humanidade quanto há rastros de luzes na imensidão do Cosmos. Nossas cartografias nem sequer mapearam ainda o *país da utopia*, donde em eterno retorno tem morada secreta o homem, para lembrar Oscar Wilde. Por conseguinte, lançou-se também uma abordagem inicial sobre a pesquisa em

³⁰ In: MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Contexto, 2013.

paisagens culturais passadas – que se depreende de nossa própria pesquisa em iconografias de viajantes no Segundo Reinado (1840-1889) – com os referenciais teóricos da *Iconografia da Paisagem* presentes, sobretudo, na Geografia de Denis Cosgrove, a partir da teoria do conhecimento desenvolvida pelo historiador de arte Aby Warburg e, especialmente, pelo filósofo Ernst Cassirer e o também historiador de arte Erwin Panofsky.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo, posfácio Celso Lafer, 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, volume II).

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BURKE, Peter. A cidade pré-industrial como centro de informação e comunicação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 8, nº 16, 1995, p. 193-203.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Publifolha, s/d.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. 2ª edição. Coordenação Elio Gaspari e Lilia M. Schwarcz. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. (Coord.). **A construção nacional (1830-1889)**. Vol. 2, História do Brasil nação (1808-2010). Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSGROVE, Denis E. **Social formation and symbolic landscape**: with a new introduction. First published in 1984. Madison, Wisconsin: The University Of Wisconsin Press.

_____; DANIELS, Stephen (Eds.). **Iconography of landscape**: essays on the symbolic representation, design and use of past environments. Cambridge–UK: Cambridge University Press, 2008.

_____. Geography is everywhere: culture and symbolism in human landscapes. **The Cultural Geography Reader**, edited by Timothy S. Oakes and Patrícia L. Price. Routledge: London–New York, 2008, p. 176-185.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas**. 3 vols.: I - a linguagem; II - o pensamento mítico; III - fenomenologia do conhecimento. Trad. Marion Fleischer, Cláudia Cavalcanti e Eurides Avance de Souza; rev. Moacyr Ayres Novaes Filho e Flávio Benno Viebneichler. São Paulo: Martins Fontes, (2001, 2004 e 2011).

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DE COULANGES, Numa-Denys Fustel. **A cidade antiga: estudo sobre o culto, o direito e as instituições de Grécia e Roma**. Tradução Frederico Ozanam Pessoa de Barros. São Paulo: EDAMERIS, 1961.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9ª edição, tradução Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FILHO, Sylvio Fausto Gil. **Geografia das formas simbólicas em Ernst Cassirer**. In: BARTHEDELOIZY, F., e SERPA, A., (Orgs). *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia*. Salvador: EDUFBA; Edições L' Harmattan, 2012, p. 47-66.

_____. Notas para uma geografia das formas simbólicas em Ernst Cassirer, Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, **XVI Encontro Nacional de Geógrafos – ENG**, Porto Alegre, 25-31 jul. 2010.

_____. Espaço e representação: uma categoria chave para análise cultural em geografia. **1º Encontro Sul-brasileiro de Geografia, Mudanças Políticas e a Superação da Crise**, AGB, Curitiba, 2003.

FROM, Erich. **The fear of freedom**. Digital source, s/d.

HARVEY, David. **Spaces of capital**. Towards de critical geography. New York: Routledge, 2001.

_____. **A justiça social e a cidade**. Prefácio e tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

HEIDEGGER, Martin. **Que é uma coisa: doutrina de Kant dos princípios transcendentais**. Tradução Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70, 1987.

HUMBOLDT, Alejandro de. **Sitios de las cordilleras y monumentos de los pueblos indígenas de la América**. Traducción de Bernardo Guinen. Madrid: Imprenta y librería de Gaspar Editores, 1878, p. 270.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Translated by Donald Nicholson-Smith. UK-USA-Australia: Blackwell Publishing, 1991.

_____. **Introduction to modernity**: twelve preludes (september 1959 – may 1961). Translated by John Moore. Verso: London; New York, 1995.

_____. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 2012.

_____. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTIUS, Carl F. P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista trimestral de História e Geografia do IHGB** – RJ, p. 389-411, jan./1845; *Jornal do IHGB*, n. 24, jan./1845.

MARX, Karl. **Capital**: a critique of political economy. Vol. 1: the process of capitalist production; vol. 2: the process of circulation of capital; vol. 3: the process of capitalist production as a whole. Edited by F. Engels. Chicago; London: Charles H. Herr & CO. and Swan Sonnenschein and CO., 1909-1910.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. O deserto dos mestiços: o sertão e seus habitantes nos relatos de viagem do início do século XIX. **HISTÓRIA**, São Paulo, 28 (2): 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. **Terra Brasilis** (Nova Série), 2003, p. 1-8.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano demasiado humano**: um livro para os espíritos livres. Portugal-Brasil: Editorial Presença; Martins Fontes, 1973.

OATES, Joan [et. al.]. Early Mesopotamian urbanism: a new view from the North. **Antiquity** 81(2007), p. 585-600.

OPPENHEIM, O. Leo. **Ancient Mesopotamia: portrait of a dead civilization**. Revised edition by Erica Reiner. Chicago: The University of Chicago Press, 1977.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. Trad. Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2014.

PERNOUD, Régine. **Luz sobre a idade média**. Tradução António Manuel de Almeida Gonçalves. Portugal: Publicações Europa-América, 1996.

POE, Edgar Allan. **Ficção completa; poesia e ensaios**. Organizados, traduzidos e anotados por Oscar Mendes, colaboração Milton Amado. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

PLATÃO. **Diálogos: a república**. Tradução Leonel Vallandro. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, s/d. (Coleção Universidade).

POUNDS, Norman. **The medieval city**. Westport/Connecticut-London: Greenwood Press, 2005.

QUEIRÓS, Eça de. **A cidade e as serras**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Editora Vozes; Círculo do Livro, s/d.

SCHMIDT, Klaus. Göbekli Tepe: the stone age sanctuaries; new results of ongoing excavations with a special focus on sculptures and high reliefs. **Documenta Praehistorica XXXVII**, 2010, p. 239-256. Disponível em: <http://www.dainst.org/projekt/-/project-display/21890>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMMEL, Georg. **The metropolis and mental life (1903)**. In: Gary Bridge and Sophie Watson (Eds). *The Blackwell City Reader*. Oxford and Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2002.

SOJA, Edward W. **The postmodern geographies: the reassertation of space in critical social theory**. Verso: London-New York, 1989.

SMITH, Michael E. Form and meaning in the earliest cities: a new approach to ancient urban planning. **Journal of Planning History**, Vol. 6, No. 1, February, 2007, p. 3-47.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil: isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje império independente, escripta em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda**. Tomo 1. Rio de Janeiro: E. H. Laemmert, MLCCCLIV.

VOLOCHKO, Danilo. **Sociedade urbana e urbanização da sociedade: elementos para a discussão sobre a problemática da cidade contemporânea**. Artigo. s/d.

WILDE, Oscar. **The soul of men under socialism**. New York: Max N. Maisel, 1915.